

A Urbanização Voraz em Salvador

Fernando Pedrão ¹

O binômio cidade e campo não se esgota em relações de predomínio econômico com um termo a serviço do outro. O vínculo é de natureza recíproca, dialética. As estruturas se interpenetram, em conflito permanente, ajustando-se e renovando seus componentes.

Raymundo Faoro

1. O movimento social da urbanização

O processo urbano em Salvador hoje manifesta tensões críticas indiscutíveis, que tornam necessário revisar os fundamentos conceituais e as experiências reconhecidas com que se pensam ou executam políticas urbanas. A cidade é o principal âmbito das relações conflitivas de classe, onde se cruzam diferentes projetos de poder e onde sempre há a possibilidade de intervenções autoritárias, tanto da esfera pública como da privada. Há uma disfunção entre o perfil da crise social urbana e o olhar mecanicista do planejamento, que leva a rever os fundamentos da gestão da cidade como tal (Pedrão, 2005). Há uma geopolítica do conflito urbano (Bandeira, 2003) que se realiza através de um movimento duplo de valorização e desvalorização de espaços. O significado social – histórico – das transformações da cidade ganha novas cores, segundo elas são

¹ Doutor e Docente Livre pela Universidade Federal da Bahia, Diretor do Instituto de Pesquisas Sociais, professor da Universidade Salvador.

vistas como conseqüências endógenas do metabolismo da própria cidade, ou decorrem de uma sucessão de intervenções de agentes externos à cidade. Na medida em que o crescimento demográfico da cidade gerou demandas de serviços que ultrapassaram a capacidade financeira do poder municipal, surgiu um descompasso entre o capital social e as condições de vida da maioria presente na cidade. Sua expressão mais evidente é a favelização, mas que se encontra sob diversas formas, como carência das condições sociais de vida de grupos aparentemente médios de renda. O significado do poder municipal mudou, acentuando-se sua dependência em relação às esferas estadual e federal, que não têm o mesmo compromisso ideológico com a cidade. Sua identidade política fica descentrada (Hall, 2006) em relação a sua função objetivo. O habitante da cidade se reconhece menos como cidadão e mais como um passageiro em busca de abrigo.

A degradação de áreas antes importantes da cidade resultou em que elas passam a ser apropriadas por novos objetivos de urbanização. No conjunto, aquele modo de urbanização impulsionado por fatores locais cedeu espaço à influência de agentes externos. Estes aparecem, sucessivamente, na forma de interesses imobiliários de capitais vindos de fora e na influência de grandes empresas, tais como bancos, que influem nas tendências de valorização dos terrenos. A política pública urbana encontra-se, cada vez mais, diante de fatos consumados e de obras de efeitos irreversíveis, assim como enfrenta o esgotamento de opções de localização suficientes para reverter as tendências em curso de urbanização. Mais que antes, torna-se necessário identificar processos e tendências em vez de descrever situações e de partir dos fundamentos econômicos e políticos dos processos antes que do mapa atual de problemas.

As tendências mais recentes da urbanização em Salvador apontam a um aprofundamento da concentração de capital, que aparece na forma de uma proliferação de *shopping centers* e de uma concentração dos supermercados, com poder suficiente para alterarem o sistema viário e as rotas de acessibilidade dos cidadãos, junto com a erupção de grandes “torres” em aparente falta de sintonia com o perfil de distribuição de renda da cidade. As novas caras do urbano de alto poder de compra encerra uma contradição dada pela inexistência de um mercado próprio capaz de absorver esses novos produtos. Uns e outros significam uma ruptura de escala frente a lojas comerciais e restaurantes independentes, que esvaziam a capacidade de prestação de serviços dos bairros e geram focos de congestionamento. Grandes áreas de favelização consolidada ilustram o modo principal de formação da cidade, que, certamente, é o dos grupos de baixa renda. A principal paisagem da cidade é de tijolos aparentes: a contrapaisagem da visão turística da cidade. A saturação dos equipamentos de uso coletivo cria uma norma à qual todos estão

submetidos, que é a do congestionamento do tráfego. Novos empreendimentos do grande capital em áreas de transporte saturado levam a perspectivas de bloqueio urbano sem solução.

Grande parte do que se tem dito ou feito responde a concepções da década de 1930, essencialmente físicas, que não registraram nenhuma hipótese sobre a estruturação social da cidade. Há uma veneração nos meios técnicos do urbanismo pelos trabalhos do grupo do EUST, que passa por alto o significado social daquelas intervenções a la Housman, que propunham uma Salvador harmoniosa, mas que não tinham a menor sensibilidade para os processos sociais da urbanização, que se desencadeavam com o declínio do eixo industrial da Calçada e o conseqüente envelhecimento da Cidade Baixa. Resultou, então em um planejamento urbano basicamente físico e defensivo, que não tem argumentos para se opor às tendências de subordinação do interesse público a alguns interesses privados. Houve uma inversão de significado e as políticas urbanas ficaram determinadas por sua mecânica e não por sua funcionalidade. Novas tendências de congestionamento das principais vias de comunicação permitem antever um futuro sombrio, em que uma euforia temporária do capital imobiliário tende a levar a um endividamento insolúvel da classe média e ao bloqueio das novas áreas de expansão da urbanização. Pergunta-se quando se começará a negar autorização para projetos de grandes empresas que atravancam os eixos de comunicação da cidade.

Na ausência de um projeto de valorização social e ambiental as novas investidas do grande capital internacional não encontram argumentos de resistência e passam a ser vistas como proposta de resgate e não como de captura das oportunidades de valorização de pontos esteticamente estratégicos da cidade. Os capitais imobiliários de São Paulo e dos portugueses parecem o 7º regimento de cavalaria ao resgate de uma urbanização de grupos de alta renda.

Será preciso, portanto, pensar em que significa historicamente essa urbanização. Entende-se urbanização como a produção social de cidade, que é um processo que muda de forma ao longo do tempo, segundo o desenvolvimento das forças produtivas e a concentração territorial de força de trabalho. A linha de conflito de interesses se desloca acompanhando as mudanças nas fontes de renda dos grupos urbanos. As condições de reprodução do capital no ambiente urbano dependem desses ingredientes, já que ela consiste em produzir moradia e equipamentos indiretos que se pagam com a renda dos moradores da cidade. A urbanização da era da produção industrializada difere daquela dos sistemas anteriores de produção, pelo menos em dois aspectos que são fundamentais para nós: a concentração de equipamentos de uso coletivo de modo mais que proporcional ao crescimento demográfico e o uso seletivo desses equipamentos. Aspectos tais como a distribuição de energia e de água, que pertencem a sistemas da esfera estadual de

poder, corroboram com esse padrão de desigualdade, tanto em cobertura como em qualidade de serviços. Por exemplo, diferenças da garantia do serviço de água potável entre os bairros de alta renda e os bairros populares, onde a incidência de interrupção do serviço nos últimos é sempre maior que nos primeiros. Algo similar com os serviços de energia, em que as quebras nos bairros de alta renda são reparadas de modo quase imediato, comparado com longas demoras nos bairros populares.

A urbanização gera diferentes tipos e formas de cidades e de relações entre cidades, com efeitos diretos e indiretos nas relações de classe em cada uma delas, com condições também desiguais de mobilidade dos trabalhadores. A unidade técnica das cidades assenta-se sobre pluralidade de modos de sobrevivência e de ideologias que estão em relação direta com o sistema de atividades produtivas. Por isso, cada cidade deve ser analisada e planejada a partir de uma visão em perspectiva de sua história.

Situada em perspectiva histórica, a urbanização é um processo adaptativo, que combina movimentos de concentração de capital com movimentos dissipativos de capital e de renda, que incluem elencos seletos de participantes e exclui números indiscriminados de pessoas que perdem validade como cidadãos. Cada um dos agentes envolvidos procura resultados, gera espaços relativamente mais estáveis e espaços instáveis ou que se tornam mais instáveis. O aumento relativo dos espaços estáveis leva à cristalização do formato da cidade, à redução do planejamento ao papel de remendar problemas instalados ¹.

A urbanização se apresenta como socialmente positiva quando abre oportunidades de renda e de condições de vida para a maioria, e se vê como negativa quando o crescimento da cidade corresponde a uma diminuição de renda e de oportunidades de renda e de mobilidade social. Aqui, entretanto, ela se afirma através de novas formas de separação de classes, onde as relações básicas entre capital e trabalho estão mascaradas por outras sutis de controle do trabalho. A mobilidade social torna-se, principalmente, a capacidade de retirar-se, de passar a outros lugares onde há suposta melhoria de perspectivas de ascensão.

Na segunda metade do século XX e em interação com processos de poder econômico e político que incorporaram mais elementos de articulações internacionais, revelou-se uma imensa pluralidade da urbanização, que mostrou a impropriedade de ver-se esse processo por comparação com experiências

¹ A visão de planejamento como um processo de remendos controlados – *patchwork planning* oriunda da chamada Escola de Chicago – parte do princípio de que as modernas cidades industrializadas são mais complexas que as possibilidades lógicas do planejamento, pelo que o fundamental é cometer menos erros, atendo-se a resolver problemas em vez de trabalhar com soluções sistemáticas.

européias e norte-americanas. A complexidade da urbanização resulta dos elementos que ela incorpora e dos que ela nega. Desloca-se entre situações formalmente definidas, como as das relações entre poderes constituídos e as da representação de interesses não reconhecidos, mas atuantes e significativos. Como ou porque negar a influência da especulação de terras na formação dos espaços urbanos? Por extensão, como ignorar a influência dos interesses políticos no desenho de avenidas, parques etc.?

2. Crônica de uma urbanização negativa

A urbanização na Bahia, desde os românticos tempos da escravidão, sempre se fez em função de interesses do grande capital, assim como sempre se chocou com pressões verticais ascendentes, determinadas pelo crescimento da população de pobres. Mas esse processo pôde prosseguir sem maiores atritos, enquanto foi possível ampliar o espaço urbano ocupando novas áreas. A recente introversão do urbanismo reflete a concentração de poder na urbanização e a substituição de um padrão de relacionamentos regionais sobre espaços contíguos – neste caso com a região do Recôncavo – por um outro padrão, construído sobre relações de interesse com focos regionais distantes. O abandono e a subsequente subordinação do Recôncavo a interesses de escala nacional e internacional – como a Petrobrás - representou uma escolha na estruturação do poder político no estado, atribuindo um novo papel – também reduzido – de Salvador na política estadual. O empobrecimento da região do Recôncavo transformou-a em supridora de migrantes, permanentes e temporários, de baixa renda, contribuindo mais que as outras regiões do estado para a favelização de Salvador. Daí, que a necessidade de um consórcio entre municípios, debatido desde a década de 1960, seja necessário para Salvador tanto como para os demais municípios.

Nesta nova situação o distanciamento nas relações de classe torna-se evidente. Substituiu-se a capacidade da metrópole para atrair por uma personalidade marcada pela rejeição. Maiores números dos integrantes dos grupos de altas rendas passam a residir em condomínios mais distantes ou mais fechados e acentua-se uma polarização no mercado urbano entre os grupos de rendas mais altas e os grupos de rendas médias. A valorização das glebas urbanas acompanha essa tendência, resultando em rápido envelhecimento dos bairros tradicionais.

Nesse contexto, há uma relação entre o urbanismo e a construção civil que tem que ser revista. Recentemente foram divulgadas fotos que comparam o perfil da ilha de Manhattan tal como ela foi antes da urbanização de grande capital e como ela é hoje. Acervos privados importantes de fotografias permitem estabelecer comparações equivalentes para Salvador, mas com uma diferença. Lá, a brutalidade da

verticalização criou um perfil de cidade dotado de continuidade e com regras de crescimento. Aqui, os aspectos negativos da urbanização se realizam com uma mixórdia de estilos e de construções de qualidade duvidosa, que finalmente constituem um estilo de urbanismo que apresenta um traço comum entre o amontoamento das construções populares e o arrivismo da nova massificação dos grupos médios e superiores de renda.

Em princípio, a urbanização negativa é aquela que se realiza mediante um agravamento da exploração da força de trabalho, neste caso representado pela destruição de postos de trabalho regular e pela saturação da informalidade. Esta última levou à generalização do aproveitamento do lixo, à prostituição infantil, essencialmente, ao barateamento da vida humana.

Há poucas dúvidas hoje de que Salvador é uma grande cidade submetida a tensões sociais cada vez menos suportáveis, que se manifestam em variados modos de separação e exclusão, em agressividade diluída em relações desiguais entre classes e em violência aberta. A cidade de Caymmi, onde era prazeroso caminhar e onde predominavam relacionamentos cordiais, foi substituída por uma cidade pautada por uma invasão sistemática da esfera pública pela privada, por um individualismo brutal e por uma neurose exposta. Todos os ingredientes da sociedade urbana do capitalismo tardio periférico estão aqui presentes, com violência surpreendente², que contamina o cotidiano em seus mais variados aspectos. Um novo dado a ser considerado, distancia o momento atual do período de euforia de industrialização, nas décadas de 70 e 80, que é a crescente distância entre os mais ricos e os grupos de classe média. O esvaziamento econômico da classe média corresponde à ascensão de componentes do chamado grupo C e ao aparecimento de novos ricos, com fortunas dependentes da esfera política. Faltam estudos sobre a dinâmica da estruturação de classes que contemplem a participação de aparelhos de Estado.

O choque atual não é maior, porque a maioria dos moradores da cidade não tem a memória da mudança. Mas está aí, nas restrições aos movimentos dos cidadãos na cidade e na identificação de circuitos de movimentos diferenciados para as diversas classes sociais. A rejeição do passado é parte de estratégias de poder que se realizam através da negação da integridade do outro. Novas formas de racismo passam através

² Para exemplificar essa violência tomamos algumas cifras de pesquisas do Prof. Carlos Costa Gomes, especialista em análise social da segurança. Comparando com números de 1,5 homicídios por 100.000 hab. para Tóquio e 10 para os EUA, cita uma média de 27 por 100.000 para o Brasil em seu conjunto e 32 por 100.000 hab. para Salvador. A isto somase o fato que a violência em Salvador está muito menos documentada que nesses outros centros.

de movimentos superficiais de inclusão, que também são seletivos, que descartam o custo social da subalternidade.

Estes mecanismos sociais assentam-se em bases econômicas reconhecidas. A capacidade de gerar postos de trabalho não acompanhou o crescimento da população. Seguiu um caminho inverso ao do crescimento da cidade. A relação tensionada entre o centro e a periferia da cidade se transforma segundo evoluem as fontes de emprego. Historicamente, desde a década de 1950, Salvador tem sido a capital de um estado extenso e pouco urbanizado, que retirou funções da cidade capital e não lhe deu outras. A desvalorização da região do Recôncavo foi substituída por novas funções dessa região, como provedora de matérias primas para a construção civil em Salvador.

A criação de novos municípios acelerou um processo de perda de funcionalidade da cidade capital. As divagações acerca da criação de novos estados desmembrando a Bahia – no sul e no noroeste – parecem não ter prosperado por argumentos incidentais, mas não porque o governo estadual oferecesse uma resistência séria nem se mostrasse representante de um projeto social estadual. Mas, assim como a cidade capital continuou exercendo a atração principal daqueles expulsos pela falta de oportunidades de cidades menores, ficou com a sobrecarga da pressão sobre as atividades da informalidade. Funções dadas pela perda de funcionalidade. Sem um projeto para a Bahia, Salvador se torna um personagem em busca de um autor idôneo.

Grande parte dos novos empregos industriais aparece em Camaçari, Candeias e Madre de Deus, pelo que Salvador tornou-se dormitório para esses casos. O desemprego tecnológico do terciário qualificado e semiquilificado, a exemplo do sistema bancário, contribuíram para consolidar esse panorama de desemprego crônico em que a renda familiar da classe média fica paralisada em patamares insuficientes para atender seus padrões de consumo, sinalizando um endividamento cada vez maior. Uma suposta vocação para prestação de serviços encobre a perda de capacidade produtiva direta. A “indústria” do carnaval é um exemplo cortante dessa nova exploração. Alguns grandes lucros subsidiados pelo Estado e uma exploração profunda dos trabalhadores da base desses eventos ³. Salvador deixou uma função de cidade industrial e não articulou novas funções produtivas.

³ Algumas pesquisas sobre os trabalhadores não qualificados do carnaval comprovam como esse evento tornou-se um espaço de super-exploração, inexplicável sob qualquer critério de análise social. A necessidade de romper com esse circuito de exploração –

Nada disso é novo nem deve surpreender! O processo de produção social de cidade que se realiza na Bahia, tem algumas áreas onde se concentram as expectativas de emprego e muitas outras onde não há condições materiais de permanência. As pessoas simplesmente são compelidas a emigrar. Novos dados da diáspora brasileira, iniciada nos anos 80, chegam aqui com a naturalidade de quem sempre soube que nunca houve aqui emprego para todos.

O princípio básico de controle da força de trabalho como meio de sustentar a formação de capital encontra aqui um espaço incontestado, onde os detentores de capital escolhem a quem empregar e onde a incerteza é a principal regra do mercado de trabalho. O movimento de urbanização cria um aparente quebra-cabeça, cuja explicação está na relação entre o controle da força de trabalho e a criação de espaços de monopólio. Há espaços fixos e variantes, assim como há deslocamentos de funções dos espaços urbanizados, refletindo enriquecimento ou empobrecimento dos seus moradores. A incapacidade de manter os equipamentos de uso urbano está profundamente enraizada no sentimento de não pertencimento e no estranhamento de grupos que não têm futuro algum no porvir da cidade. O grande capital continua realizando seus projetos de urbanismo e expelle os pobres de uma localização a outra sem aparente fim. A urbanização aqui não tem nada em comum com a de cidades estáveis ⁴.

A instabilidade do capitalismo periférico transfere-se para sua cidade, que se torna uma representante incontestada do conflito social. A sociedade de classes está impregnada dos elementos estamentais da sociedade escravista, mas se afirma mediante um distanciamento entre classes, revestido de diferenças ideológicas e de elementos de identificação. A proliferação de religiões simplificadas e de seitas pentecostais ocupa um lugar no imaginário popular e resulta em captação de renda e em investimentos aparentemente contraditórios com os custos de reprodução social dos grupos de baixa renda. A sociedade periférica de classes se abastece com a dissolução dos mecanismos de solidariedade coletiva, tais como sindicatos, e pela

além dos chamados circuitos do próprio carnaval – é um imperativo de uma recuperação de dignidade. À revelia dos grandes interesses econômicos hoje envolvidos no carnaval, torna-se evidente que uma recuperação da valorização social do mundo social urbano na Bahia requer uma intervenção radical nesse tema, começando pela negação de recursos públicos e por uma tributação adequada desses empreendimentos.

⁴ Em círculos acadêmicos há uma surpreendente insistência em comparações com cidades antigas com população velha e que crescem pouco, como Barcelona, que nada têm em comum com a experiência de cidades instáveis de crescimento rápido como Salvador, atravancadas de jovens que, curiosamente, desejam trabalhar.

a uma dignificação do indivíduo ignorado, que se reintegra como cidadão, levado por esse pastoreio espúreo.

3. O fundamento econômico do processo desigual

Para compreender a situação atual de Salvador será preciso rever as guinadas da urbanização desta cidade ao longo do tempo, para desenterrar os fios condutores das inter-relações entre esses fenômenos de criatividade na reprodução da pobreza e de expansão incontrolada de construções de “alto padrão” que aparentemente constituem uma grande bolha em formação. O fundamento financeiro do mercado urbano apóia-se em uma renda cujo poder de compra vem sendo erosionado pela substituição das rendas regulares por rendas incertas, emprego por informalidade.

É um processo que se acentua com a emigração de empresas e com o enxugamento das rendas do setor público, mas que é inerente ao estilo de concentração de renda da cidade. Desde o início da industrialização, isto é, desde 1870, a expansão de Salvador, em extensão e em intensidade, tem sido impulsionada por dois principais fatores, que são os interesses do grande capital e as estratégias de sobrevivência dos grupos de rendas baixas e incertas. Os dois criam diferentes tipos de espaços urbanos e geram diferentes modos de uso de equipamentos, com graus de socialização também variados. É a cidade dividida, advertida por Milton Santos. A cidade compreende áreas exclusivas de grupos identificados com o grande capital, áreas claramente absorvidas pelos grupos de não incluídos e áreas de interpenetração, onde se realizam as manobras de poder dos grupos de rendas médias e onde o poder público mostra equipamentos e serviços variavelmente abertos à sociabilidade.

4. Para esperar pela volta da arca de Noé

A primeira referência mítica da cidade de Salvador foi a volta da pomba à arca de Noé. Desde então começa o problema social do fundamento físico do processo urbano. Onde estava a terra firme? A cidade cresceu mediante aterros, drenagens e fechamento de rios, modificando o clima, impermeabilizando o solo, criando novas zonas de risco latente. A base física se altera criando novas ordens de riscos. Há riscos físicos e sociais, porque a distribuição social dos riscos foi sempre um mecanismo essencial do poder. A absorção de riscos físicos se resolve de diferentes modos entre ricos e pobres, mas converge em criar alguns padrões gerais de riscos que se transferem aos sistemas de infra-estrutura, e, por meio deles, são socializados pela cidade em seu conjunto. A terra firme é a disponibilidade de terras aptas para usos urbanos, que se modifica,

continuamente, pela ação concomitante dos diversos grupos de renda. A questão social em torno da base física da urbanização surge das contradições da acumulação urbana de capital, que se realiza em função de certos patamares de organização do capital social, basicamente representados pela composição de transportes, saneamento, saúde pública e segurança. É possível reconhecer diferentes faixas de concentração de capital social básico, que correspondem a bairros populares, a bairros de classe média e a núcleos de rendas altas, que desembocam em capitalização dos imóveis e em valorização dos espaços dos bairros. A especulação imobiliária se realiza sobre parâmetros da relação entre a esfera pública e a privada, com diferentes graus de tolerância de densidade demográfica e de convivência entre grupos de renda. O processo de formação da escassez de espaço é acionado pelos deslocamentos de interesses dos grupos capazes de acumular, que procuram faixas superiores de concentração de capital social. Os umbrais de estruturação de capital social funcionam como limites dos horizontes de capitalização dos diversos bairros da cidade, pelo que se definem frente a padrões tecnológicos que podem ser relativamente estáveis ou serem provisórios, segundo ocorrem novas rupturas tecnológicas e novos desafios da separação de classes.

Historicamente, esse processo foi alterado pela entrada em cena de alguns investimentos públicos de grande porte, como aqueles destinados a transformar patrimônio em capital turístico, que, mesmo quando apontando a objetivos em descompasso com a realidade urbana, terminam por desempenhar novas funções nesta modernização desigual. Mas o fundamento desta urbanização continua sendo a combinação do controle da força de trabalho e da valorização do solo, em que a criação de novos espaços torna-se um meio de expandir as vantagens já incorporadas no sistema atual. Reconhecer o espaço como um meio de produção é um passo na direção de construir uma política urbana adequada para lidar com esta urbanização autodestrutiva.

Referências

FAORO, Raymundo. **Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio**. São Paulo: Globo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Movilidad del trabajo y acumulación de capital**. México: Era, 1977.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARDT, M.; NEGRI, A.. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

OLIVEIRA, Francisco e PAOLI, Maria Celia (Orgs.). **Os sentidos da democracia**. Petrópolis. Vozes, 2000.

PEDRÃO, Fernando. **A economia urbana**. Ilhéus: Editus, 2002.

PEDRÃO, Fernando. Elementos econômicos de uma urbanização contraditória. Salvador, **Revista de Desenvolvimento Econômico**, julho, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e, SILVA, Bárbara Christine Nentwig. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

SILVA, Leonardo Mello e. **Trabalho e reestruturação produtiva: o desmanche da classe em A era da indeterminação**, F. Oliveira e C. Rezek (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2007.